



# ANTROPOLOGIA URBANA ENTRE PORTUGAL E O BRASIL: Algumas reflexões pessoais

*Graça Índias Cordeiro*

O ponto de partida desta reflexão decorre de um facto aparentemente simples: apesar de uma óbvia e inegável proximidade histórica e linguística que deveria, talvez, facilitar a comunicação entre a antropologia portuguesa e a antropologia brasileira, ambas se têm desenvolvido de costas voltadas uma para outra, registando uma “relação de evitamento” quase paradoxal (para não dizer mesmo alheamento ou, utilizando a feliz expressão de Eduardo Lourenço, uma “não relação”). Contudo, nos últimos anos, uma relação recente com a antropologia brasileira tem propiciado uma abertura disciplinar a nível empírico, temático e metodológico na antropologia portuguesa, relação esta que motivou o curto texto que se segue, cujo único objectivo é o de levantar algumas questões sobre o processo de construção do campo científico da antropologia urbana em Portugal, tomando como fonte inspiradora o caso brasileiro.<sup>1</sup>

Para lá de um conjunto de factores exteriores à própria antropologia, que marcam nítidos contrastes sócio culturais entre ambos os países e que, obviamente, se reflectem na própria produção de conhecimento antropológico, o desenvolvimento desta disciplina tem sido, nestes países, sob muitos aspectos, discrepante, com ritmos, temáticas, terrenos e, até, protagonismos cívicos e políticos absolutamente contrários. Só muito recentemente este alheamento tem sido timidamente contrariado por

contactos um pouco mais assíduos,<sup>2</sup> – embora longe de serem sistemáticos – estabelecidos de um modo mais evidente no quadro desse subcampo disciplinar que se convencionou chamar de “antropologia urbana” que, estando relativamente institucionalizado no Brasil desde a década de 70, é, ainda, relativamente emergente em Portugal.<sup>3</sup>

É, pois, em torno deste contraste relevante, decorrente de contextos e condições diversas, que eu gostaria de tecer algumas considerações, forçosamente especulativas e pouco sistemáticas.

Começemos por uma breve apresentação do desenvolvimento da antropologia portuguesa que, abreviadamente, podemos apresentar em três grandes períodos<sup>4</sup> (Brito, 1996; Leal, 1998). Um primeiro momento vai, grosso modo, desde a sua formação inicial, pelos anos 70/80 do século passado, até à II Guerra Mundial. Inicialmente centrada em estudos de literatura e recolha de tradições populares “vistas como testemunho da originalidade e da antiguidade da nação portuguesa” e influenciada por “modelos teóricos propostos pela mitologia comparada e por correntes difusionistas” e evolucionistas (Leal: 1998) esta disciplina especializou-se nas dimensões mais materiais da cultura e da arte popular, e viu nascer, entre os anos 30/40 “uma etnografia nacionalista de recorte folclorizante” (ob.cit.) intimamente conotada com discursos oficiais de um regime autoritário. Um segundo período iniciou-se com a publicação de duas obras de Jorge Dias (1907-1973), em 1948 – *Vilarinho da Furna* e *Os arados portugueses* – que marcaram o início da moderna etnologia em Portugal (Brito, 1996). Duas obras que se enquadravam num projecto iniciado um ano antes, no interior do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, no Porto, que conciliava duas vertentes complementares: inquéritos extensivos por todo o território português, inventariando, classificando, analisando e cartografando a “cultura material do universo camponês” e alguns estudos de comunidade. Duas pequenas aldeias de montanha “comunitárias” do Norte de Portugal – a já referida Vilarinho da Furna e Rio de Onor – foram objecto de estudos monográficos que, de certa forma, anteciparam a “descoberta” das pequenas comunidades do Sul da Europa pela antropologia anglo-saxónica (Brito, 1992: 25). Os territórios colonizados de “além-mar” também se constituíram, neste segundo período, em terreno antropológico, sendo os quatro volumes sobre os *Macondes de Moçambique* (1964), da autoria de Jorge Dias, “a mais emblemática das monografias etnográficas produzidas pela escola portuguesa” fora de Portugal (Pereira, 1998: V).

No entanto, e apesar desta produção etnológica, até meados dos anos 70 sempre faltaram estruturas de apoio que enquadrassem uma sistemática comunicação científica, e, sobretudo, condições para sua reprodução

continuada – o que explica, até certo ponto, o “percurso acidentado e contraditório da profissionalização” da antropologia em Portugal (Branco, 1986). Muito embora tenha havido algumas investigações conduzidas por antropólogos estrangeiros,<sup>5</sup> e apesar das duas monografias “pioneiras” atrás referidas, “o país permaneceu marginal em relação ao impulso dos estudos mediterrânicos, iniciados com Pitt-Rivers em Espanha, em 1954” (Brito, 1992: 26).<sup>6</sup> A produção antropológica portuguesa permaneceu, pois, exterior ao debate académico a nível internacional – e só a partir de 1974/75, com a queda do regime autoritário que durava desde 1926, se criaram condições para o efectivo desenvolvimento de um ensino universitário especializado, propiciando a emergência de uma comunidade antropológica.

É, pois, no final da década de 70 que podemos considerar o início de um terceiro período na história da antropologia em Portugal com a criação da disciplina de Antropologia em vários níveis de ensino e o aparecimento das primeiras licenciaturas especializadas, em Lisboa – com a formação de um corpo de professores/investigadores que produziam um tipo de pesquisa antropológica radicalmente distinta da tradição etnológica nacional (Pina-Cabral, 1991: 37), com terrenos e abordagens diversificadas que registaram uma mudança de perspectiva assinalável (Brito, 1992:27).

No entanto, embora o país tenha continuado a ser o terreno mais procurado ao longo dos anos 80 e 90, deixou de ser “objecto” antropológico, para se tornar apenas num pretexto para uma produção académicamente justificada. E os casos inspiradores de estudos monográficos, neste final de século XX, situaram-se unanimemente no mundo rural, excluindo dos seus interesses o país progressivamente mais urbanizado.

Na realidade, a diversificação dos terrenos portugueses que acompanhou o nascimento da moderna antropologia não tocou as cidades e vilas urbanas que, assim, permaneceram exteriores à própria renovação teórica e metodológica da disciplina. Ao longo desses anos 80 e 90, estes terrenos foram analisados e questionados preferencialmente por outras disciplinas, como a sociologia, a geografia, a história. Esta lacuna corresponde a um evitamento dos mundos urbanos por parte da antropologia portuguesa, o que revela, de certo modo, um certo fechamento temático em torno de uma representação do país pelo seu lado mais arcaizante e rural.

A antropologia portuguesa é, assim, portadora de uma herança acentuadamente ruralista, num país cujo nível de urbanização não se compara, evidentemente, ao do Brasil – o que permite, de certo modo, situar um pouco melhor esse atraso na emergência de terrenos urbanos.<sup>7</sup>

Convém recordar que em meados do século XX Portugal era ainda um país marcadamente rural, com cerca de 55 por cento da sua população ligada à agricultura (Rolo, 1996: 78).

Mas outros factores, de certo modo mais decisivos, podem-se acrescentar: a falta de estruturas de apoio e de um quadro institucional sólido para o desenvolvimento de uma comunicação científica sistemática até quase finais dos anos 70 – o que se traduz numa curta história da afirmação da antropologia a nível universitário – e, também, os canais privilegiados da introdução dessa moderna antropologia, em Portugal, pelo início dos anos 80. Com efeito, estes canais eram quase exclusivamente europeus. Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica eram alguns dos lugares de onde provinha, em termos da sua formação, a nova geração de antropólogos que veio inaugurar os primeiros departamentos de Antropologia das universidades portuguesas, na viragem da década de 70, onde, como se sabe, a antropologia urbana não estava particularmente desenvolvida.

Na realidade, a pátria, por assim dizer, da antropologia urbana, nestes anos 70, 80, eram os Estados Unidos da América, tendo o seu desenvolvimento sido muito mais tardio na Europa.<sup>8</sup> De facto, aquilo que normalmente se designa por Antropologia Urbana refere-se a um subcampo disciplinar que se institucionalizou a partir de finais dos anos 60, nos EUA. Algumas obras inauguraram esta designação, tal como a colectânea organizada por Elizabeth Eddy, *Urban Anthropology*,<sup>9</sup> em 1968, ou a revista com igual designação que a partir de 1972 começou a ser editada. Herdeira de algumas linhas teóricas e metodológicas disciplinarmente diversificadas que se foram desenvolvendo ao longo de décadas de estudo sobre cidades, a antropologia urbana reúne, discute e problematiza a cidade e os seus universos, a partir de um conjunto de pesquisas e reflexões que, desde a Escola de Chicago e, mesmo, recuando a alguns dos clássicos das teorias sociológicas, foi incorporando. Até aos anos 60/70, pode-se recensar um conjunto dispare de investigações que reflectem tradições diferentes no modo como os antropólogos olharam as cidades: como produto de uma história cultural particular, como lugar de imigração mais ou menos exotizada, como “tribo” passível de estudos de comunidade... (Peattie e Robbins, 1984; Eames e Goode, 1977). Um conjunto de temáticas desenvolvidas pelos antropólogos pode ser inventariado, tal como pobreza urbana, migrações campo-cidade, etnografias de bairros e outras micro-sociedades, persistência das relações de parentesco e familiares, análise de redes e de situação, género e etnicidade como elementos estruturantes da vida social, entre outros (Sanjek, 1990).

Contudo, algumas das linhas que definem e identificam a prática antropológica, no seu sentido mais clássico, têm limitado, até certo ponto, o seu olhar sobre um fenómeno tão complexo como a cidade. Com efeito, no estudo antropológico das cidades, a relação entre a parte e o todo tem sido muitas vezes esquecida, levando a visões relativamente deformadas das realidades urbanas: ou se estuda a parte em vez do todo, ou a parte como metáfora do todo (Fox, 1977; Peattie e Robbins, ob.cit.). O modelo analítico herdado pelo funcionalismo – em que a sociedade global se consegue agarrar metodologicamente a partir da técnica quase exclusiva de observação participante ou a identificação de objectos de estudo em torno do “exótico”, do “primitivo” ou do “camponês”, tem dificultado uma abertura a perspectivas mais esclarecedoras dos mundos urbanos, tornando obrigatório um diálogo científico com outras áreas disciplinares mais habilitadas a se confrontarem com os desafios que as sociedades urbanas contemporâneas colocam. Num balanço crítico da antropologia urbana nos anos 80 e 90, Setha Low (1996) insiste na ideia de que as cidades são cada vez mais o lugar privilegiado de análise antropológica:

*Theorising the city is a necessary part of understanding the changing post-industrial, advanced capitalist, post-modern moment in which we live. The city as a site of everyday practice provides valuable insights into the linkages of macroprocesses with the texture and fabric of human experience. The city is not the only place where these linkages can be studied, but the intensification of these processes – as well as their human outcomes – occurs and can be understood best in cities. Thus, the ‘city’ is not a reification but the focus of cultural and socio-political manifestations of urban lives and everyday practices (384).*

Embora se possa fazer uma história “oficial” da antropologia urbana, a partir de um dos seus focos de difusão centrais – EUA – se nos colocarmos do ponto de vista de dois países lusofalantes podemos reflectir sobre o modo como as cidades e os mundos urbanos se têm integrado na *démarche* antropológica, como têm sido lidas, inquiridas, analisadas, conhecidas, como têm contribuído para a sua renovação e questionamento teórico-metodológico e que relação têm estabelecido com as “produções antropológicas nacionais.” O contraste entre Portugal e o Brasil, neste campo, não podia ser maior.

O desenvolvimento da antropologia urbana no Brasil, na década de 70, decorre, evidentemente, de todo um conjunto de antecedentes que permitiram a emergência desta área de interesse. A institucionalização

das ciências sociais, no Brasil, surge precocemente, se compararmos com o caso português. Pode-se situar nos anos 30 o seu início, com a criação de um conjunto de centros de pesquisa e, sobretudo, a integração, no ensino superior da sociologia e antropologia, o que contribuiu de um modo decisivo para a afirmação desta forma de conhecimento (a partir de alguns focos de difusão, situando-se, os mais importantes, nas cidades de S. Paulo, Rio de Janeiro e Brasília). Ao longo dos anos 60, um crescente interesse pelos estudos urbanos e o início de cursos de especialização, não só em antropologia, como também em arquitectura, desenvolvimento regional e urbano, urbanismo, foram as condições necessárias para que, a partir dos anos 70, surgissem Programas de Pós-Graduação em Antropologia (sendo o primeiro no Museu Nacional, em 1968) no quadro dos quais se desenvolveu a maior parte das pesquisas em contextos urbanos, num país que desde os anos 60 assistia a transformações económicas, sociais e políticas profundas nessas áreas (Mendonza, 2000).

Com efeito, a antropologia brasileira, intensamente visitada por antropólogos norte-americanos e europeus, conseguiu, a partir de uma imensa diversidade de influências, enriquecer e desenvolver inequivocamente a sua capacidade de olhar e problematizar os próprios terrenos nacionais, produzindo uma antropologia urbana invejável, sob todos os pontos de vista. A proximidade com a ciência social norte-americana – de onde poderíamos destacar a influência, determinante, da Escola de Chicago – constitui um dos elementos de contraste com a história da antropologia portuguesa contemporânea, decisivamente marcada pelas influências teóricas da chamada “antropologia das sociedades complexas,” cujo interesse pelo estudo das sociedades rurais é sobejamente conhecida.<sup>10</sup> A profusão de temáticas que a antropologia urbana brasileira tem tocado ultrapassa, inclusivamente, as próprias influências anglo-saxónicas deste campo disciplinar, sendo possível recensear todo um conjunto de trabalhos dificilmente enumeráveis – pela quantidade e qualidade – sobre cidades e mundos urbanos, tocando nos mais variados assuntos, desde o estudo de classes médias e cultura popular, movimentos sociais, religião, expressões musicais, futebol, comportamentos desviantes, bairros, lazer, associações, operários, prostituição, uso de estupefacientes, laços familiares e relações afectivas, no seio das classes médias, etc...(Mendonza, 2000: 293, 294 e 296).

Muito embora não seja a comparação entre ambas as antropologias nacionais a finalidade deste texto, este constitui, sem dúvida, um dos contrastes mais expressivos. No caso português, quase que se pode afirmar que a antropologia contemporânea ficou, até recentemente, refém das

suas primeiras influências renovadoras, demasiado focalizadas em contextos rurais, no respeito por uma certa representação do país que a levou, num primeiro momento, à exclusão das cidades e das vilas como lugares de interesse antropológico. Na realidade, em Portugal, é só bem dentro dos anos 90 que se pode falar da emergência de uma antropologia urbana, com estudos de caso, de cariz etnográfico, focalizados nas duas principais cidades, Lisboa e Porto – e provenientes, alguns deles, não da antropologia, mas da sociologia e até da geografia.

Não existe, pois, qualquer paralelismo a apontar entre a antropologia brasileira e portuguesa – quase que poderíamos, antes, falar de uma inversão. Enquanto no Brasil as cidades constituem um dos lugares fortes de produção antropológica – em Portugal estas continuam com um estatuto de marginalidade, e os poucos que existem ainda não fizeram escola.

Temos aqui um conjunto de factores complexos. Um deles prende-se, como já foi referido, com uma tardia implantação da antropologia nas universidades – embora alguma perplexidade nos fique pelo facto de outras ciências sociais, como a sociologia, com uma origem e institucionalização igualmente tardias, terem conseguido afirmar-se de um modo bem mais forte. No entanto, e para além duma história ainda curta, que se reflecte, por exemplo, na pequeníssima dimensão da comunidade científica de antropólogos, poderíamos referir ainda outros factores, desde os mais visíveis aos mais subtis, dificilmente identificáveis.

Um deles decorre, na minha opinião, de um certo paroquialismo disciplinar da antropologia portuguesa, muito voltada sobre si própria e com um elevado grau de fechamento disciplinar, nomeadamente no que se refere à sociologia. Sabendo nós que os estudos urbanos se desenvolvem com um nível de abertura disciplinar muito grande – sendo, na realidade, marcadamente interdisciplinares – percebemos que a antropologia urbana tenha tido – e continue ainda a ter, de certa forma – algumas dificuldades de legitimação num quadro disciplinar relativamente ortodoxo e rígido, contrariamente ao caso brasileiro onde, até perto da década de 60, o próprio desenvolvimento da antropologia se fez em grande proximidade e paralelismo com a sociologia, na linha de uma das características mais férteis da Escola de Chicago.<sup>11</sup>

Outro factor central, também já citado, refere-se aos canais de introdução do campo disciplinar no país – e à capacidade revelada pelas primeiras gerações de antropólogos em desenvolver uma lógica de afirmação disciplinar articulada com a realidade nacional, numa actualização criativa de uma formação específica. Claro que factores sociais, políticos, económicos, concorrem como facilitadores – ou não – deste processo, assim como outros mais internos ao grupo, ou aos indivíduos, líderes

desta afirmação, tais como a posição social, as redes de sociabilidade, de hierarquia, de poder, para já não falar em idiossincrasias pessoais...

A este propósito, gostaria de lembrar alguém que, tendo passado por Portugal e pelo Brasil, ocupa lugares contrastados na memória da antropologia de ambos os países. Refiro-me a Anthony Leeds, antropólogo norte-americano que, tendo visitado Portugal na década de 70 não deixou marcas, tendo passado quase despercebido, enquanto que no Brasil contribuiu activamente para a própria emergência da Antropologia Urbana. É certo que não são comparáveis as estadias em ambos os países, mais breve no primeiro do que no segundo. No entanto, tendo investigado em Portugal e acompanhado os conturbados anos que se seguiram à queda do regime autoritário em 1974, este antropólogo deixou alguns artigos publicados e outros não publicados – como esse livro sobre Portugal, citado por Tim Sieber, (1994): *Minha Terra Portugal: Lamentations and Celebrations. The Growth y and a Commitment* (1984). Num momento em que a antropologia ainda não se afirmara na universidade portuguesa, e timidamente emergia com alguma autonomia disciplinar, foram os sociólogos os seus interlocutores privilegiados. No Brasil, a influência de A. Leeds deixou um rasto acentuado, não apenas em publicações de referência – como o clássico trabalho *A Sociologia do Brasil Urbano* (1978) em co-autoria com sua mulher Elizabeth Plotkin Leeds – como, também, através das pesquisas que conduziu sobre favelas, carreiras brasileiras, relações de poder local e, sobretudo, pela introdução dessa nova ideia de “antropologia urbana,” em finais dos anos 60, na ciência social brasileira. Com efeito, A. Leeds influenciou e apoiou alguns jovens antropólogos no estudo então inovador de zonas urbanas, num momento em que a antropologia brasileira estava muito mais voltada para os povos indígenas do interior – nomeadamente no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde leccionou o primeiro curso de antropologia urbana em 1969. É o próprio Gilberto Velho quem, numa entrevista publicada nos anos 90 em Portugal, recorda o início dos anos 70, quando elaborou a sua tese de mestrado sobre um prédio de Copacabana – de que resultou a obra pioneira *Utopia Urbana* (1973) – como “um trabalho com um sabor um pouco herético” que contou com o apoio determinante, entre outros antropólogos, de Tony Leeds (Bastos e Cordeiro, 1997: 321-2).

Uma das razões para este facto – uma influência que se perde, em Portugal, outra que se reproduz e dá frutos, no Brasil – prende-se com factores que têm a ver com o momento em que o encontro se dá – e obviamente, a estadia em Portugal poderá ser entendida como prematura, atendendo ao seu grande atraso no desenvolvimento das ciências sociais

– mas, também, com outro tipo de elementos menos visíveis, que só poderão ser identificados a partir de estudos sérios sobre os contextos e condições da construção do campo científico da antropologia urbana em Portugal.

Se avançarmos cerca de 20 anos – até à década de 90 – encontramos uma certa imagem da antropologia portuguesa moldada por um tipo de conhecimento reservado, de sabor exótico, por vezes desligado da realidade política e económica do país que se reflecte, – por exemplo – na rara preocupação em se afirmar para o exterior da própria comunidade de antropólogos, e no pouco aproveitamento de alguns dos espaços possíveis de divulgação e aplicação do conhecimento antropológico; também a fraca capacidade de associação colectiva (traduzida na espantosa fragilidade de uma associação nacional, por oposição, por exemplo, à correlata dos sociólogos) é bem um reflexo do proverbial individualismo dos antropólogos e de uma certa incapacidade de organização corporativa. E, claro, o esquecimento ou a recusa das cidades como terrenos férteis e enriquecedores para a pesquisa antropológica, que levaram em Portugal ao pouco envolvimento desta disciplina nos estudos urbanos – liderados por sociólogos, economistas, arquitectos, geógrafos – é bem o sinal de um certo afastamento de realidades pouco “limpas”, onde os problemas sociais obrigam a uma elasticidade e permeabilidade de fronteiras disciplinares, constituindo a sua análise um desafio permanente a qualquer prática científica.

É precisamente neste ponto de uma curta história disciplinar que temos de situar o contacto com o Brasil, como algo profundamente benéfico para a abertura da antropologia portuguesa e para o desenvolvimento de uma certa capacidade em mergulhar nas realidades envolventes – cada vez mais urbanizadas – questionando-as e inquirindo-as. Não existem terrenos interditos ou intocáveis – é essa uma das mensagens mais fortes da antropologia brasileira. A descoberta que tem sido, para mim, a antropologia brasileira, na sua vertente urbana, tem sido extremamente gratificante. E tem, ainda, ajudado a alimentar positivamente a minha própria identidade de antropóloga interessada pelos mundos urbanos – por vezes olhada pelos meus pares conterrâneos como uma “transfuga” disciplinar.

## Bibliografia

- BASTOS, Cristiana e Graça I. Cordeiro. 1997 “Desafios e metamorfoses da antropologia contemporânea. Entrevista com Gilberto Velho” *Etnográfica*, 1 (2): 321-327
- BRANCO, Jorge Freitas. 1986 “Cultura como ciência? Da consolidação do discurso antropológico à institucionalização da disciplina” *Ler História*, 8: 75-101

- BRITO, Joaquim Pais de, 1992. "Percurso da Antropologia em Portugal" in Gago, José Mariano (coord.) *O Estado das Ciências em Portugal*, Lisboa: Publicações D. Quixote (25-27)
- BRITO, Joaquim Pais de. 1996 "Apresentação" in *O voo do arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia (19-31)
- CORDEIRO, Graça I. e AFONSO, Ana Isabel. 2001 "Cultural and Social Anthropology in Portuguese University: Dilemmas of Teaching and Practice" in Dracklé, Dorle e Iain Edgar (ed.) *Learning Fields: Teaching Social Anthropology Across Europe*, EASA, Londres: Berghan Books (no prelo)
- CUTILEIRO, José. 1971 *A Portuguese Rural Society*, Oxford: Oxford University Press
- EAMES, e GOODE, Judith G.. 1977 *Anthropology of the city. An introduction to Urban Anthropology*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall
- EDDY, Elizabeth. (ed.) 1968 *Urban Anthropology. Research perspectives and strategies*, Southern Anthropological Society Proceedings n° 2, Athens: University of Georgia Press
- FOX, Richard. 1977 "Anthropology and the city" in *Urban Anthropology. Cities in their Cultural Settings*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall (pp 1-16)
- HANNERZ, Ulf. 1983 *Explorer la ville. Elements d'anthropologie urbaine*, Paris: Lês Editions de Minuit
- KENNY, Michael e KERTZER David I. , 1983 *Urban Life in Mediterranean Europe: Anthropological Perspectives*, Urbana: University of Illinois Press
- LEAL, João. 1998 "Tyloean Professors and Japanese Corporals: Anthropological Theory and National Identity in Portuguese Ethnography" *Actes du Colloque de Anthropologie et la Méditerranée*, Aix-en-Provence (forthcoming)
- LOW, Setha M.. 1996 "The anthropology of cities: imagining and theorizing the city" *Annual Review of Anthropology*, 25: 383-409
- MENDONZA, Edgar S. Gutierrez. 2000 "Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil", Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP - S.Paulo (policopiado)
- PEATIE, Lisa Redfield e ROBBINS, Edward. 1984 "Anthropological Approaches to the city" in Rodwin, Lloyd e Hollister, Robert M. *Cities of the Mind. Images and Themes of the City in the Social Sciences*, New York and London: Plenum Press (pp 83-95)
- PEREIRA, Rui. 1998 "Introdução à reedição de 1998" in Dias, Jorge *Os Macondes de Moçambique*, vol. I, Lisboa: CNCDP/IICT
- PINA-CABRAL, João de. 1991 "A antropologia em Portugal, hoje" in *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel (pp11-41)
- ROLO, Joaquim C.. 1996 "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in Brito, Joaquim Pais de e outros (coord.) *O voo do arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 77-157
- ROWLAND, Robert. 1996 "Os sentidos da antropologia: ensino e contexto" comunicação apresentada no IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1-5 Set. 1996
- SANJEK, Roger. 1990 "Urban Anthropology in the 1980s: a world view" *Annual Review of Anthropology*, 19: 151-86
- SANJEK, Roger. (ed.) 1994 Anthony Leeds. *Cities, classes and the social order*, Ithaca and London: Cornell University Press
- SIGNORELLI, Amalia. 1994 "Territoires: les tiffosi, l'équipe et la cite" *Ethnologie Française*, XXV, 3: 615-627

## Notas

- <sup>1</sup> De cariz fortemente pessoal e circunstanciado pois decorre da minha própria experiência de investigação e de ensino de antropologia urbana numa universidade portuguesa, nos níveis de licenciatura e de pós-graduação. O ponto de vista de referência é, pois, o da antropologia portuguesa, não se pretendendo, contudo, estabelecer uma comparação com o caso brasileiro - pois tratam-se de universos não facilmente comparáveis pela sua dimensão, história particular, etc. Pretende-se, apenas, sugerir algumas pistas de análise para aprofundamentos futuros.
- <sup>2</sup> Dois eventos ilustram este recente intercâmbio luso-brasileiro na área da antropologia urbana, que contribuíram para um incremento da sua visibilidade em território português: a estadia em Lisboa, em Novembro de 1996, do Professor Gilberto Velho, da Universidade Federal Rio de Janeiro, no âmbito do 1º curso de mestrado em antropologia, *Patrimónios e Identidades*, do ISCTE, onde, através de um conjunto de actividades (seminários, conferências, aulas e acompanhamento de investigações em curso) divulgou algumas das mais recentes e inspiradoras investigações brasileiras, e um livro, organizado pelo mesmo professor, reunindo colaborações de investigadores portugueses e brasileiros, cujo título *Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal* é bem revelador de uma nova era de comunicação luso-brasileira no campo da antropologia.
- <sup>3</sup> Sobre a construção da antropologia urbana no Brasil, vale a pena consultar a tese de doutoramento de Edgar Gutierrez Mendonza (2000).
- <sup>4</sup> O que se segue encontra-se, de um modo mais desenvolvido, em Graça Índias Cordeiro e Ana Isabel Afonso (no prelo).
- <sup>5</sup> Nos anos 50, Emilio Willemz, anos 60, Joyce Riegelhaupt e Colette Callier-Boisvert
- <sup>6</sup> Apesar do estudo isolado de José Cutileiro - *A Portuguese Rural Society* (1971) - sobre uma aldeia do sul do país.
- <sup>7</sup> Embora com alguma prudência, pois, no caso português, como noutros países do sul da Europa, não nos podemos esquecer dos universos urbanísticos mediterrânicos que possuem uma espessura histórica notável, facto que tem sido apontado por diversos autores. Entre outros possíveis, veja-se Kenny e Kertzer, 1983 e Signorelli, 1994. A propósito do caso italiano, escreve esta última:  
*Em Itália, a antropologia urbana caracteriza-se, antes do mais, por uma contradição(...): é o país da Europa que possui o sistema urbano mais antigo e sólido, cuja cultura tradicionalmente valoriza o urbano relativamente ao rural e, no entanto, o interesse pela antropologia urbana foi tardio e ainda se encontra em fase de definição penosa e hesitante* (615).
- <sup>8</sup> Exceptuando o caso da chamada “Escola de Manchester” que, nos anos 50/60 liderou a mais “importante incursão da antropologia britânica em meio urbano” (Hannerz, 1983).
- <sup>9</sup> Nesta colectânea inclui-se um dos artigos de referência de Anthony Leeds, intitulado “The Anthropology of cities: some methodological issues”, republicado mais tarde em Roger Sanjek, 1990.
- <sup>10</sup> Sobre este debate interno à disciplina, entre “antropologia das sociedades complexas”(Europa) vs “antropologia na cidade/da cidade”(EUA), encontra-se um conjunto de referências interessantes, para o caso brasileiro, em Mendonza, 2000
- <sup>11</sup> A título de exemplo, é curioso - e significativo - que, numa breve análise das bibliografias das disciplinas dos cursos de Sociologia e de Antropologia, na universidade onde ensino (ISCTE), a obra do antropólogo Gilberto Velho aparece mais no lado da sociologia do que no da antropologia....